

Expresso

14-09-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Justiça

Dimensão: 657 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 33

Se tudo isto acabar onde lavamos os bacalhaus, então a parte corrupta do sistema instala-se no sofá a comer pipocas

## Quando a justiça ia tombar os poderosos

De cada vez que um acusado é mandado para casa por um juiz, o banco dos réus em que ele não chegou a sentar-se é ocupado pelo Ministério Público. Aconteceu esta semana com o caso E-toupeira, que deixou de envolver a SAD do Benfica. Pode acontecer em vários outros casos grandes. E ou o Ministério Público torna os seus processos mais robustos ou será a vítima mais escandalosa dos seus próprios estrondos.

Os elogios a Joana Marques Vidal na sua saída da PGR podem soar amanhã mais a projeção narcísica de um país que se quis ver tomba-gigantes do que ao projeto consistente de uma justiça funcional. O epitáfio do seu mandato sublinhava um sistema de justiça “sem medo dos poderosos”, listando-se processos contra políticos, contra bancos e contra clubes de futebol. Fomos pios ou cedo piámos. Porque ter coragem sem perseverança competente é como acelerar um automóvel que se descontrola no fim.

Dizê-lo não é cinismo, mas é ceticismo. Por causa das demoras em processos de corrupção, como o Marquês. Ou da complexidade técnica de processos financeiros, como o Espírito Santo. Ou da inconsequência de casos de grande impacto social, como o E-toupeira. Em todos estes casos identificam-se crimes mas não criminosos, testas de ferro aparecidos de cabeças ausentes ou atores mas não autores. E em todos a defesa segue as mesmas técnicas: desacreditar os investigadores como meio para desacreditar as investigações — e contratar os melhores advogados do país para encontrar falhas processuais que derrubem os processos à nascença. Só acusações fortes resistem.

O caso do Benfica é emblemático. A SAD não irá a julgamento no caso E-toupeira e não é por não existirem provas para o crime, um crime aliás gravíssimo. Existem, diz o tribunal, e “o crime é cometido em nome da Benfica SAD e no interesse da Benfica SAD”. Só que “a Benfica SAD não pode ser responsabilizada criminalmente se não se determinar que estava a par, quis e pretendeu, por ação ou omissão, as condutas de Paulo Gonçalves”. Portanto, há crime, beneficiou o Benfica, foi feito em nome do Benfica, mas Paulo



Pedro Santos Guerreiro  
cidadeps@gmail.com

Gonçalves agiu como um lobo solitário porque, conclui o tribunal, o Ministério Público não apresenta provas sustentadas sobre o envolvimento da SAD, baseando-se “em ‘parece que’, ‘suponhamos’ ou ‘é da experiência comum’, pois tal não nos leva a nenhuma verdade processualmente satisfatória”. Maior sova no Ministério Público não poderia o juiz dar.

Um sistema de justiça que funciona assim funciona mal. Não se trata aqui de culpabilizar ou desculpabilizar o Benfica, mas de constatar que a montanha pariu um rato armado até aos dentes de balas de pólvora seca, que fazem barulhos estrondosos mas nem pratos partem. Ou o Ministério Público é fraco ou os tribunais têm medo ou o país é um jardim de infância que se escandaliza com ficções. Escolha você mesmo.

Sabemos que o Ministério Público tem uma dramática falta de meios. Que não tem pessoas em número suficiente para trabalhos tecnicamente complexos. Mas também sabemos que um sistema assim desinspira a confiança na capacidade ou independência dos meios judiciais para cumprir processos de condenação ou absolvição.

Mesmo uma liderança forte não supera as falhas de uma instituição fraca. Veja-se: alguém acredita que os bancos condenados esta semana pela Autoridade da Concorrência por combinação de taxas de juro alguma vez vão pagar aquelas multas astronómicas, depois dos recursos a tribunais municípios por exércitos de advogados, mesmo se foram apanhados *e-mails* com troca de informação sigilosa entre os bancos? No país onde o Benfica não vai a tribunal porque um seu colaborador trabalhava afinal por conta própria? No país onde um recurso de um caso da Octopharma, que descende da Operação Marquês, pode parar nas mãos de um juiz suspeito de vários crimes? Alguém acredita que a justiça está mesmo a sobrepor-se à captura pelos chamados poderosos? Acreditemos que sim. Mas se tudo isto acabar onde lavamos os bacalhaus, então a parte corrupta do sistema instala-se no sofá, a comer pipocas feitas do primeiro milho dado aos pardais e rindo à frente da televisão onde os acusadores se tornam vítimas de si mesmos.